

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO

Termo de Referência 7/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA	09/03/2026 17:35 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		0000646.05.01-2026

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada para **locação de equipamento de radiologia (Raio-X Fixo Digital)** com digitalizador de imagem, sistema de armazenamento de imagens, instalação completa, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, componentes e suporte técnico, destinados ao atendimento das demandas da **Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – RO**, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislações aplicáveis, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 As características, especificações e quantitativos estimados do objeto da contratação encontram-se descritos conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	unid.	valor unid.	mês	Mês	Valor Total
	Contratação de empresa especializada afim de realizar locação de um equipamento de radiodiagnóstico, fixo microprocessado de 600 mA ou maior com indicação de erros e nível de kV, mA e, mAs, com geradora alta tensão, Comando microprocessado de alta frequência, Potência de 50 kW ou maior; Seleção de 40 a 125 kV, possuir display LCD para seleção e indicação dos parâmetros radiológicos, Proteção térmica do tubo de raios X. Cabos de alta tensão. Deve ser fornecido quadro de força específico para o equipamento, As características de funcionamento do gerador de RX devem estar disponíveis no comando de operação, permitindo a seleção dos parâmetros, Tubo de raios X: Foco fino de no máximo 0,6 mm; Foco grosso de no máximo 1,5 mm; Rotação do anodo de no mínimo 3000 rpm; Capacidade de resfriamento mínimo de 200 KHU, Estativa porta tubo: Tipo chão-chão; Movimento vertical de 140 cm ou maior; Movimento longitudinal de pelo menos 260cm; Freios eletromagnéticos; Rotação da coluna/ braço de 360°, Mesa com tampo flutuante: Movimento transversal e longitudinal; Com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm, Capacidade de carga de no mínimo 200 kg; Freios eletromagnéticos para os movimentos do tampo; Dimensões do tampo (C x L) de no mínimo 200 cm x 80 cm; Foco variável de 100 a 180 cm; deslocamento longitudinal do bucky de no mínimo 55 cm, Bucky mural: Com grade antidifusora fixa de pelo menos 40 lp/cm, Deslocamento vertical de 130 cm ou maior; com cruz de localização/ centralização impressa no tampo do bucky, Freios eletromagnéticos ou mecânicos; Foco variável de 100 a 180 cm. Colimador Manual Luminoso: Campo					

1	Luminoso ajustável indicando área a ser irradiada de no mínimo de 0x0 cm a 43x43 cm; Acionamento da lâmpada com temporizador eletrônico do campo luminoso; com lâmpada tipo LED ou halógena. Painéis DR para digitalização de RX com 01 estação de aquisição fixa e 01 portátil, com conexão sem fio adaptável aos equipamentos de Raios X fixo e portátil, sem necessidade de adaptação/alteração dos mesmos; utilizando cintilador de CsI (Iodeto de Césio); área útil de aproximadamente 35 cm x 43 cm; peso máximo: 2,8 kg (com fonte de energia); tamanho do pixel de dimensionamento fixo na ordem de 125 µm (microns); profundidade da imagem de 16 bits; capacidade de suportar 300 kg distribuídos sobre a superfície do detector; ser resistente a impactos e quedas; proteção certificada IP56 (ou superior); detector com fonte de energia (bateria, capacitor ou tecnologia similar), com capacidade mínima de 3 horas de exame ou 100 imagens por carga; acabamento em fibra de carbono; realizar conexão com estação de comando por wi-fi; para detectores com bateria externa, deverá acompanhar, além da bateria integrante, 03 (três) unidades de bateria extra por detector e 01 (um) carregador da fonte de energia (bateria, capacitor ou similar) do detector deve ser parte integrante do conjunto. Independente da fonte de energia utilizada, Estação de aquisição fixa e portátil: Deve acompanhar 02 (duas) estações de aquisição, sendo 01 (uma) fixa e 01 (uma) portátil, de forma que seja possível o intercâmbio dos dois painéis entre quaisquer uma das duas estações, com todas as licenças fornecidas em caráter definitivo; que permitam a manipulação pelo usuário de contraste e brilho independentemente; inserção de dados do paciente de forma manual ou utilizando protocolo DicomWorklist; realização de exames de emergência sem necessidade de inserção anterior dos dados do paciente; equipamentos devem possuir total compatibilidade com Dicom 3.0 ou superior. As estações devem conter as seguintes características mínimas: - Fixa: Composta por monitor touchscreen; LED ou superior; mínimo de 21 polegadas; CPU e acessórios: memória RAM de no mínimo 4GB, capacidade de armazenamento mínimo de 10.000 imagens; acompanhar teclado, mouse e nobreak. - Portátil: Notebook com tela LCD de no mínimo 14 polegadas, memória RAM de no mínimo 4GB; disco rígido de no mínimo 250GB SSD; opção de idioma português; possuir porta RJ45 para interface de rede padrão ethernet; possuir conexão bluetooth. Especificações técnicas são as mínimas necessárias, equipamentos com capacidades superiores também serão aceitos. O equipamento deve ser fornecimento com todos os cabos, conectores, adaptadores e demais acessórios necessários ao seu funcionamento. O treinamento operacional deve estar incluso na proposta. Os equipamentos devem ser instalados, caso haja necessidade de qualquer adequação física, predial e ou elétrica, nas salas onde os equipamentos serão instalados, fica por conta da empresa contratada. Empresa deverá realizar cálculo de blindagem, laudo de levantamento radiométrico e controle de qualidade de modo que toda documentação regulatória seja providenciada. Todas as características técnicas relacionadas ao equipamento estão de acordo com a Resolução RDC Nº 611, de 9/3/2022, e Instrução Normativa Nº 90, de 27/05/2021. Ter assistência técnica local. •Manutenção preventiva e corretiva: 12 (doze) meses integral; mão de obra e peças, incluindo o tubo de RX.	2	R\$17.512,08	24	R\$420.289,92
---	--	---	--------------	----	---------------

2. Descrição da solução

A solução consiste na **locação de equipamento médico-hospitalar de radiologia (Raio-X Fixo Digital)**, incluindo todos os elementos necessários ao seu pleno funcionamento, tais como:

- equipamento principal;
- instalação;
- manutenção preventiva e corretiva;
- sistema PACS;
- sistema de aquisição, armazenamento e gerenciamento de imagens;
- peças e componentes;
- treinamento operacional;
- suporte técnico especializado;
- assistência técnica local ou regional compatível com a execução contratual;
- adequações técnicas eventualmente necessárias à instalação e operação.

A solução deverá garantir o atendimento contínuo da demanda da rede municipal, com segurança, qualidade diagnóstica e observância das normas sanitárias e técnicas vigentes.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1 A contratação justifica-se pela necessidade de garantir o atendimento da rede pública de saúde do **Sistema Único de Saúde – SUS**, no município de Candeias do Jamari – RO.

A ausência do serviço de radiologia no município compromete o atendimento de urgência e emergência, obrigando o encaminhamento de pacientes para unidades de saúde de municípios vizinhos.

3.2 Problema para a Administração Pública:

A contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade da assistência diagnóstica por imagem no âmbito da rede municipal de saúde.

A Secretaria Municipal de Saúde de Candeias do Jamari – RO, por meio da rede pública vinculada ao Sistema Único de Saúde – SUS, realiza atendimento à população do município e de seus distritos, abrangendo demanda espontânea, atendimentos de urgência e emergência e pacientes encaminhados por outras unidades da rede.

Atualmente, o Município encontra-se sem a prestação regular do serviço de exames de raio-X. O atendimento vinha sendo realizado por contratação emergencial, encerrada em 23 de setembro de 2025. Após o término do ajuste, passou-se a utilizar equipamento portátil pertencente à rede municipal, o qual se encontra em manutenção em razão de danos estruturais decorrentes da elevada frequência de uso.

A indisponibilidade do serviço tem ocasionado:

- inserção de pacientes na fila da regulação estadual;
- encaminhamento de pacientes para unidades de saúde de Porto Velho;
- aumento do deslocamento por ambulâncias;
- maior consumo de combustível;
- mobilização prolongada de equipes;
- redução da disponibilidade da frota para outras ocorrências;

- prejuízo à celeridade diagnóstica e à resolutividade assistencial.

Diante desse cenário, a locação de equipamento médico-hospitalar de radiologia (Raio-X Fixo Digital), com manutenção inclusa, apresenta-se como solução mais adequada, célere e eficiente para restabelecer o serviço de forma contínua e segura.

4. Requisitos da contratação

4.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente, encontradas no mercado. (Art. 6, XLI da Lei 14.133/2021).

4.2. A empresa contratada deverá ser especializada locação de equipamento de radiologia (Raio-X Fixo Digital), **locação de equipamento médico-hospitalar de radiologia (Raio-X Fixo Digital)**, incluindo **instalação, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de sistema PACS para gerenciamento de imagens, emissão de laudos radiológicos, bem como digitalizador de imagens radiográficas tipo DR.**

Requisitos gerais- A solução contratada deverá contemplar, no mínimo:

- equipamento de Raio-X fixo digital;
- tecnologia capaz de gerar imagens com qualidade diagnóstica;
- funcionamento adequado para ambiente hospitalar;
- manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual;
- suporte técnico especializado;
- disponibilização de peças, acessórios e componentes necessários;
- sistema PACS para gerenciamento de imagens;
- garantia de funcionamento contínuo do equipamento;
- **atendimento às normas da ANVISA, Ministério da Saúde, CNEN e demais normas técnicas aplicáveis.**

4.3 Requisitos de habilitação técnica

Para fins de habilitação técnica, deverá ser exigido, no mínimo:

- atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto;
- alvará sanitário, licença de funcionamento ou licença sanitária expedida pelo órgão competente;
- declaração formal de disponibilidade de equipe técnica habilitada e meios necessários à execução;
- relação dos equipamentos e recursos que serão mobilizados para execução do serviço;
- comprovação de registro do equipamento na ANVISA, no Ministério da Saúde, ou documento de isenção, quando cabível;
- documentação pertinente à regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto principal, salvo hipóteses acessórias e secundárias, desde que previamente autorizadas pela Administração e sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

4.5 Sustentabilidade

A contratada deverá observar as exigências ambientais, sanitárias e de segurança radiológica aplicáveis ao objeto, inclusive quanto ao manejo e descarte de materiais e componentes eventualmente substituídos.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Disponibilizar à CONTRATADA as dependências para instalação à prestação do serviço.
- 5.1.3. Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.
- 5.1.4. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.7. Zelar pelos equipamentos que forem entregues.
- 5.1.8. Comunicar por escrito à CONTRATADA, qualquer falha ou deficiência do serviço, exigindo a imediata correção.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.2.1. Manter-se durante a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.2. A CONTRATADA executará os serviços de acordo com o contrato, termo de referência;
- 5.2.3. CONTRATADA será responsável a efetuar todos os pagamentos e arcar com todos os encargos previstos nas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, etc, em decorrência de condição de empregadora, sem qualquer solidariedade da administração pública municipal.
- 5.2.4. A CONTRATADA deverá ter pessoal com experiência e formação necessária para o desempenho das funções especificadas e na qualidade necessária.
- 5.2.5. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade por quaisquer acidentes, que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências exigidas pela legislação em vigor, bem como, ratificação em qualquer circunstância, não haver vínculo empregatício entre seu empregado e a administração.
- 5.2.6. A contratada será responsável pelas manutenções preventivas e corretivas serão realizadas de acordo com as orientações dos fabricantes dos equipamentos.
- 5.2.7. Os equipamentos com defeitos deverão ser consertados ou substituídos imediatamente, devendo a contratada dispor de outras alternativas para manter o atendimento. Os exames de emergência deverão ser de imediata solução pela CONTRATADA não causando prejuízos aos pacientes.
- 5.2.8. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com as instruções emanadas da SEMUSA;
- 5.2.9. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação da Nota fiscal mensal dos serviços prestados, comprovar o recolhimento da contribuição previdenciária e trabalhista, daqueles empregados que atuarem na prestação dos serviços correspondentes, mediante a apresentação de certidões do INSS e FGTS e cópia da guia de recolhimento do ISS e ou retenção do mesmo no ato efetivo de pagamento da NF dos serviços executados. A SEMUSA reterá os pagamentos da CONTRATADA, não cabendo qualquer correção sobre os valores retidos, enquanto não lhe for apresentada à documentação integral solicitada.
- 5.2.10. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer todas e quaisquer informações necessárias no prazo Máximo de 48 horas a SEMUSA sempre que solicitado.
- 5.2.11. A CONTRATADA quando solicitada por ofício, deverá encaminhar um servidor a esta SEMUSA, para prestar esclarecimento dos serviços pertinente ao objeto deste sempre que solicitado.
- 5.2.12. A contratada deverá manter durante o período de contratação.

Constituem obrigações da contratada:

- executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, proposta e contrato;

- instalar e disponibilizar o equipamento em perfeitas condições de uso;
- realizar manutenção preventiva e corretiva;
- fornecer peças, componentes e acessórios necessários;
- disponibilizar suporte técnico especializado;
- prestar treinamento operacional aos profissionais indicados pela Administração;
- substituir, reparar ou corrigir falhas e defeitos identificados;
- cumprir as normas sanitárias, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e de segurança;
- responder integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;
- manter preposto para interlocução com a contratante, quando exigido.

5.3 RESPONSABILIDADES CIVIL

5.3.1. A CONTRATADA reconhece que é a única e exclusiva responsável civil e criminal por danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução do objeto, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

5.3.3. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente por vínculos trabalhistas, entre os funcionários das partes contratantes com a outra parte, arcando cada qual com o pagamento de todos os tributos e encargos decorrentes deste instrumento, que sejam de sua responsabilidade, quer sejam trabalhistas,

5.3.4. previdenciários, securitários, tributários, fiscais e parafiscais, inclusive e em especial de seus empregados /prepostos que trabalharão para a realização do objeto deste Termo de referência, especialmente aqueles denominados como FGTS, INSS, PIS, SEGURO.

5.4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.4.1 comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

5.4.2 dar causa à inexecução parcial do contrato;

5.4.3 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.4.4 dar causa à inexecução total do contrato;

5.4.5 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

5.4.6 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5.4.7 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

5.4.8 ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

5.4.9 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato.

5.4.10 praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.4.11 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.4.12 considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

5.4.13 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

5.4.14 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.4.15 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

5.4.16 Advertência pela falta do subitem 5.3.2 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.4.17 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 5.3.5 a 5.3.7 e 5.3.9 a 5.3.14;

5.4.18 Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 5.3.8, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

5.4.19 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 5.3. 4 (inexecução total do contrato).

5.4.20 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 5.3.3 e 5.3.8 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

5.4.21 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 5.3.9 a 5.3.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

5.4.22 na aplicação das sanções serão considerados:

5.4.23 a natureza e a gravidade da infração cometida;

5.4.24 as peculiaridades do caso concreto;

5.4.25 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.4.26 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

5.4.27 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.4.28 se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

5.4.29 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

5.4.30 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

5.4.31 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de

6. Modelo de execução do contrato

6.1 Da dinâmica de execução do objeto

6.1.1 A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita neste Termo de Referência, observadas as condições técnicas, operacionais e regulamentares aplicáveis à prestação de serviços de radiodiagnóstico.

6.1.2 O início da execução do objeto será imediato após a assinatura do contrato, observadas as condições técnicas necessárias para instalação do equipamento e início da prestação do serviço.

6.1.3 A prestação do serviço será executada nas dependências do hospital de Pequeno Porte Santa Isabel, no Município de Candeias do Jamari – RO, destinada ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

A empresa contratada será responsável por:

- adequar a sala já existente para funcionamento do serviço de radiologia, observando todas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
- realizar a instalação completa do equipamento de Raio-X digital;
- providenciar cálculo de blindagem radiológica;
- elaborar e apresentar laudo radiométrico e controle de qualidade;
- providenciar todas as licenças e autorizações necessárias ao funcionamento do serviço, junto aos órgãos competentes, inclusive Vigilância Sanitária e demais órgãos reguladores.
- manutenção preventiva e corretiva do equipamento de Raio-X Digital, durante toda a vigência do contrato, garantindo o pleno funcionamento da solução e a continuidade da prestação dos serviços.

6.1.4 A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto, realizando o serviço em conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidas, sempre acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

6.2 Local da prestação dos serviços

6.2.1 Os serviços serão executados no seguinte endereço:

Hospital de Pequeno Porte Santa Isabel (HPP) Rua Zacarias Vicente dos Santos, Bairro União – Candeias do Jamari – RO, CEP 76860-000 – CNES 4002547

6.4 Formas de transferência de conhecimento

6.4.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

6.5 Formas de Pagamento

6.5.1 Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.6 Condições para Assinatura do Contrato:

6.6.1 A empresa vencedora do certame deverá no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos, contados a partir da divulgação do resultado, **sob pena de não assinatura do contrato**, para apresentar junto a Contratante, documentação atualizada que comprove a existência dos aparelhamento e do pessoal técnico adequados para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.7 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

6.8.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da Publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

6.8.3 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

6.8.4 Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Preposto

7.5.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

7.6. Fiscalização

7.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.7.Fiscalização Técnica

7.7.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento da contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.7.2. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

7.7.3. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.7.4 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades.

7.7.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8 Gestor do Contrato

7.8.1. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8.4 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.8.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.9 Critérios de medição e pagamento

7.9.1 A EMPRESA vencedora do certame licitatório deverá entregar a cada mês a Nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal, as Guias da Previdência Social (GPS – Pagamento do INSS) e Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (GFIP- Pagamento do FGTS) relativo a prestação dos serviços que será recebido para análise.

7.10 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

7.10.1. **Os serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências.

7.10.3 O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.10.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.10.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.10.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.11.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.11.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12 Liquidação

7.12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 trinta dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.12.3.1. o prazo de validade;

7.12.3.2. a data da emissão;

7.12.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.12.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.12.3.5. o valor a pagar; e

7.12.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.12.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13 Prazo de pagamento

7.13 .1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.13.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.13.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a detentora da ata de registro de preço não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/ nota fiscal serão calculados – mediante apresentação de fatura/nota fiscal própria – por meio de aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$

$I = 6/100/365$

$I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

7.13.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14 Forma de pagamento

7.14.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal acompanhada das devidas requisições que deram origem ao fornecimento pela CONTRATADA, devidamente atestadas pela Administração Pública.

7.14.2. O prazo para pagamento da Nota Fiscal, devidamente atestada pela CONTRATANTE, será de 30 (trinta) dias, contados da data de sua apresentação, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência, e conta corrente indicada pelo CONTRATADA.

7.14.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.14.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14.6. Não será efetuado qualquer pagamento de parcela controvertida à (s) empresa (s) CONTRATADA(s) enquanto houver qualquer pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.14.7. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a CONTRATADA tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.14.8. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a ADMINISTRAÇÃO, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.

7.14.9. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.14.10. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocolada no órgão.

7.14.11. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação Prova de Regularidade:

- a. Termo de Recebimento Definitivo do objeto;
- b. Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB Nº 1751, de 02/10/2014);
- c. Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- d. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e. Certificado de Regularidade do FGTS;
- f. Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal nº 12.440/2011, de 07/07/2011).

7.14.12. Admitida a comprovação por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

7.14.13. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada.

7.14.14. A documentação alusiva ao pagamento mencionada nos itens acima, deverá ser entregue diretamente ao fiscal de contrato que irá fazer o recebimento provisório dos serviços executados mediante o relatório de fiscalização (dependerá dos resultados levantados pelo) fiscal "in loco" que se trata da verificação da execução do serviço prestado (obrigações da contratada, prazos, produtividade, fornecimento de material e equipamento, etc.) e encaminhar à Comissão de Recebimento para lavratura do Termo de recebimento definitivo dos serviços e atesto da Nota Fiscal para posterior pagamento.

7.14.15. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUSA, CNPJ: 84.744.852/0001-28** – ENDEREÇO: Rua Laercio nobre, 287 - Bairro Satellite - Candeias do Jamari-Ro, documentos protocolado via E-mail: semusa@candeiasdojamari.ro.gov.br , admsemusa@candeiasdojamari.ro.gov.br

8. Do reajuste

8.1 REAJUSTE CONTRATUAL

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data da assinatura do contrato, de acordo com o artigo 25, § 8º, da Lei 14.133/2021, a contar da assinatura do contrato

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO no sistema de registro de preço (SRP), na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

9.1.2 Considerando também que a separação dos serviços previstos no respectivo Termo de Referência em item distintos diminuirá a competitividade do certame e a probabilidade da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, ocasionando perda da economia de escala.

9.1.3 A proposta deve ser enviada, sendo assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressaltos, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito das demais contratadas, prejuízo à administração pública ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo, nela deverá conter:

- a. Valor global para a execução dos serviços por 12 (doze) meses;
- b. Valor global para a execução dos serviços por mês;
- c. Planilha demonstrativa de composição de preços, com previsão de custo total mensal.

9.1.4 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com os serviços, seguros, encargos sociais, impostos e taxas, transportes, etc. bem como os insumos de materiais, equipamentos, demais insumos necessários à sua composição.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por 12 (doze) meses.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1 A documentação abaixo deve ser apresentada juntamente com as propostas.

- a. Licença da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.
- b. **Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante** (Certidão ou Declaração), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto desta licitação.
- c. alvará sanitário, licença de funcionamento ou licença sanitária expedida pelo órgão competente;
- d. declaração formal de disponibilidade de equipe técnica habilitada e meios necessários à execução;
- e. relação dos equipamentos e recursos que serão mobilizados para execução do serviço;
- f. comprovação de registro do equipamento na ANVISA, no Ministério da Saúde, ou documento de isenção, quando cabível;
- g. documentação pertinente à regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- h. Declaração expressa de que conhece e acata todas as condições previstas no Edital e termo de referencia.
- i. As exigências contidas nos itens acima deverão ser atendidas pelo licitante vencedor em conformidade com as exigências da Legislação Vigente.

Habilitação jurídica

9.7. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.14. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. **Ato de Autorização** para o exercício da atividade da atividade contratada.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:(Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.27.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)

9.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.32. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional .

9.33. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei para o ramo de atividade.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 420.289,92

Valor estimado da contratação: R\$420.289,92 (quatrocentos e vinte mil, duzentos e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos)

11. Adequação orçamentária

11.1. As respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto deste certame, ocorrerão á conta dos recursos específicos desta Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, bem como recurso provenientes de convênio ou repasses fundo a fundo de custeio de serviço no momento do pedido de liberação de saldo da ata, com o devido apontamento e pedido de reserva.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IRGO MENDONCA ALVES

Autoridade competente

ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA

Equipe de apoio



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*. **2-*4 em **09/03/2026 16:54:18**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1693.4V54.218X.481W.3572**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 em **09/03/2026 16:38:24**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **16Z6.1R38.123U.K856.7500**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.36F.52D** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **ELISANGELA FERREIRA DE SOUZA LIMA**, CPF: 825.52*. **2-*5 , em **09/03/2026 - 16:38:23**

Código de Autenticidade deste Documento: 16W7.0438.2239.V85R.6286

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

